14 de agosto de 2026

Boletim Econômico Semanal

Cenário Internacional

A semana foi marcada por elevada volatilidade no cenário externo, com os investidores monitorando a escalada das tensões no Oriente Médio, as incertezas sobre o fluxo de petróleo e os sinais de política monetária nas principais economias. Nos Estados Unidos, o CPI de julho avançou 0,1% no mês e acumulou alta de 3,4% em 12 meses, enquanto o núcleo subiu 0,2% na margem e desacelerou para 2,5% em termos anuais. A leitura, em linha com as expectativas e com sinais de moderação em energia e habitação, reduziu a pressão por nova elevação de juros pelo Federal Reserve na próxima reunião, embora a inflação ainda permaneça acima da meta e mantenha o Fed dependente dos próximos dados de atividade, mercado de trabalho e preços. O Brent chegou a superar o patamar de US$ 100/barril ao longo da semana, antes de aliviar parcialmente na sexta-feira, em meio a expectativas de avanços diplomáticos. Ainda assim, a commodity acumulou forte alta semanal, mantendo no radar o risco de pressões inflacionárias globais e de juros mais altos por mais tempo.

Cenário Doméstico

No Brasil, o IPCA de julho avançou 0,07%, desacelerando frente à alta de 0,16% registrada em junho, e acumulou 4,44% em 12 meses, voltando a ficar abaixo do teto da meta de inflação. A composição do índice mostrou alívio relevante em Alimentação e bebidas, que recuou 0,67%, enquanto Habitação exerceu a principal pressão positiva, com alta de 0,99%, puxada principalmente pela energia elétrica residencial. Na política monetária, o Copom reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,00% ao ano, mas a ata reforçou um tom cauteloso, destacando expectativas de inflação ainda desancoradas, riscos altistas e a necessidade de manter uma política monetária restritiva por período prolongado. Além disso, o mercado acompanhou os desdobramentos da nova tarifa norte-americana sobre produtos brasileiros e seus potenciais impactos sobre comércio exterior, inflação e atividade. A cautela com o quadro fiscal e com a condução da política monetária continuou limitando o apetite por risco, embora o real tenha se beneficiado de algum alívio no exterior ao fim da semana. O dólar encerrou a sexta-feira praticamente estável, cotado próximo de R$ 5,08, e acumulou queda semanal de cerca de 0,6%.

Mercados Acionários — Brasil e Exterior

O mercado doméstico encerrou a semana sob pressão: o Ibovespa caiu 0,10% na sexta-feira e 3,27% na semana, aos 166.934,20 pontos, completando nove quedas consecutivas pressionado pela saída de capital estrangeiro, pela cautela fiscal e eleitoral, pela valorização do dólar e pela abertura dos juros futuros. No exterior, as bolsas norte-americanas também fecharam a sexta em queda moderada, afetadas pelo avanço dos Treasuries, alta do petróleo e dados econômicos abaixo do esperado; na semana, o desempenho foi misto, com queda do Dow Jones e leves ganhos do S&P 500 e do Nasdaq, sustentados parcialmente por resultados corporativos e pelo setor de tecnologia.

Renda Fixa e Estratégia

Na renda fixa, a semana combinou pressões externas e domésticas. A alta acumulada do petróleo e a abertura da curva de juros norte-americana reforçaram o cenário de cautela global, enquanto, no Brasil, os investidores seguiram atentos às tarifas dos EUA sobre produtos brasileiros, ao quadro fiscal e às expectativas para a Selic. Apesar do alívio pontual no câmbio e nos juros futuros na sexta-feira, o ambiente permanece volátil. Diante desse contexto, mantemos postura conservadora, priorizando estratégias pós-fixadas, liquidez imediata e diversificação, em linha com a política de investimentos e com a necessidade de preservar capital.

Retorno na Semana

A seguir, apresentamos uma tabela comparativa com o retorno dos principais benchmarks de renda fixa e renda variável.

Retorno- Dados até 14/08/2026			
	Semana (%)	Mês (%)	Ano(%)
RENDA FIXA			
DI			
CDI	0,26%	0,52%	8,71%
Duração Constante			
IDkA IPCA 2 Anos	0,24%	0,67%	8,55%
IMA Geral	0,06%	0,47%	7,46%
Formado por TP indexados ao IPCA			
IMA-B	0,00%	0,65%	5,77%
IMA-B 5	0,20%	0,64%	8,50%
IMA-B 5+	-0,17%	0,66%	3,65%
Prefixados			
IRF-M	-0,45%	0,07%	6,03%
IRF-M 1	0,25%	0,53%	8,54%
IRF-M 1+	-0,68%	-0,07%	5,12%
RENDA VARIÁVEL			
Ibovespa	-3,23%	-6,22%	3,61%
S&P 500	2,98%	6,95%	7,97%

Resumo Relatório Focus

Atividade Econômica — PIB

As projeções das instituições financeiras para o crescimento do PIB em 2026 apontam para uma taxa de 1,98%. Para 2027, as estimativas dos economistas consultados indicam uma expansão de 1,50%.

Inflação

A mediana das expectativas para a inflação ao fim de 2026 é de 5,02%. Para 2027, a projeção de mercado é de 4,24%.

IPCA[1]

No Boletim Focus, a projeção para o IPCA de agosto foi de -0,17%. Para setembro e outubro, as estimativas são de 0,51% e 0,33%, respectivamente. Para os próximos 12 meses, a expectativa é de 4,32%.

INPC[2]

De acordo com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a estimativa para o INPC em 2026 é de 4,6%.

Projeção Meta Atuarial -2026					
IPCA + 5,50%	10,77%	IPCA + 5,75%	10,84%	IPCA + 5,85%	11,14%
INPC + 5,50%	10,84%	INPC + 5,75%	11,10%	INPC + 5,80%	11,16%

IPCA Administrados

No Brasil, o IPCA Administrados reúne preços de bens e serviços definidos por contrato ou regulados pelo poder público, como tarifas e preços controlados por governos e agências reguladoras. Para 2026, a expectativa do mercado é de alta de 4,70%. Para 2027, a projeção é de 3,87%.

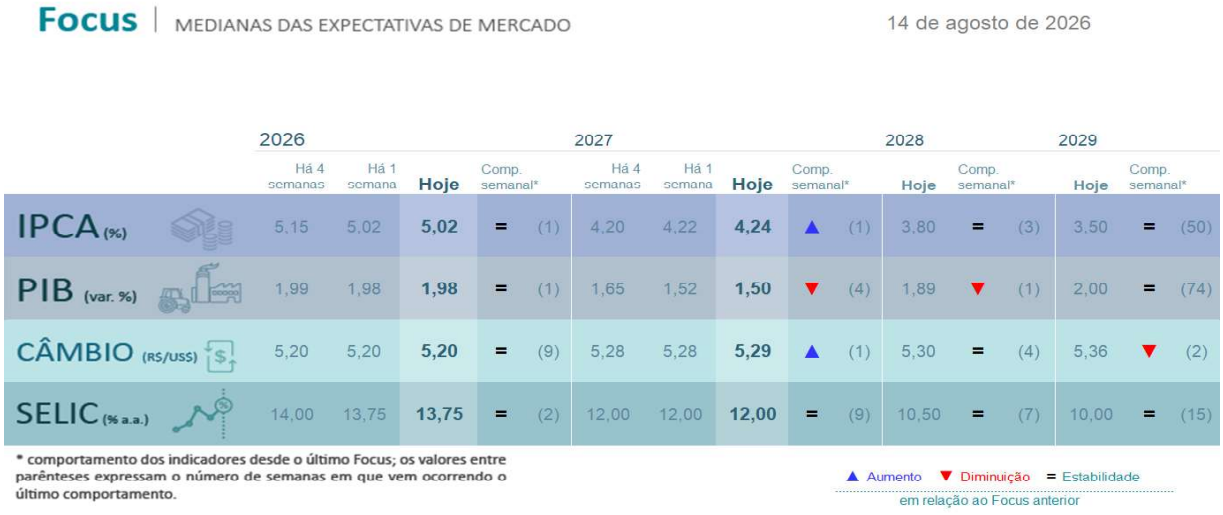
Selic

As projeções de mercado para a taxa Selic ao final de 2026 indicam 13,75% ao ano. Para 2027, a expectativa é de 12% ao ano.

Demais Projeções de Mercado (Focus)

Indicador	2026	2027
Câmbio (R$/US$, fim de período)	R$ 5,20	R$ 5,29
Balança comercial (US$ bilhões)	US$ 77,90 bi	US$ 78 bi
Investimento Estrangeiro Direto — IED (US$ bilhões)	US$ 79,46 bi	US$ 79,50 bi
Dívida líquida do setor público / PIB	69,90%	73,40%
Resultado primário (% do PIB)	-0,50%	-0,40%

Fonte: Boletim Focus — Banco Central do Brasil



Fonte: BACEN

14/08/2026 | Equipe Técnica Referência

[1] O IPCA é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento de 1 a 40 salários-mínimos. O índice abrange dez regiões metropolitanas, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e Brasília.

[2] O INPC é calculado pelo IBGE desde 1979 e se refere às famílias com rendimento monetário de 1 a 5 salários-mínimos, cujo chefe é assalariado. O índice abrange dez regiões metropolitanas, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e Brasília.